



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE PSICOLOGIA
CAMPUS SOBRAL

JULIANA MARIA DO NASCIMENTO MOTA

**ELAS ENTRE DESIGUALDADES: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
ADOLESCENTES GRÁVIDAS SOBRE A POBREZA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER.**

Sobral- CE
2019.

JULIANA MARIA DO NASCIMENTO MOTA

ELAS ENTRE DESIGUALDADES: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS SOBRE A POBREZA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, *Campus* de Sobral, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Denise
Silva do Nascimento

Sobral- CE

2019.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M285e Maria do Nascimento Mota, Juliana.
ELAS ENTRE DESIGUALDADE : UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
ADOLESCENTES GRÁVIDAS SOBRE A POBREZA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER / Juliana
Maria do Nascimento Mota. – 2019.
100 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Psicologia, Sobral, 2019.

Orientação: Profª. Dra. Francisca Denise Silva do Nascimento .

1. Pobreza . 2. Mulheres . 3. Gravidez. 4. Representações Sociais. I. Título.

CDD 150

ELAS ENTRE DESIGUALDADES: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
ADOLESCENTES GRÁVIDAS SOBRE A POBREZA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francisca Denise Silva do Nascimento (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC/Sobral)

Profa. Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC/Fortaleza)

Profa. Dra. Rita Helena Ferreira Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC/Sobral)

Às mulheres que lutam para redefinir
seus destinos prováveis.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Francisca Margarida e Vicente João, que vivendo com muita força e na luta, me deram luzes dos bons exemplos da perseverança, responsabilidade e dignidade, a quem espero ter respondido e acrescentado.

À minha filha, que reafirmou por tantas vezes os motivos para acreditar no futuro. Minha vida, peço desculpas pelas vezes que não pude atender aos seus pedidos de dormir ao seu lado e de tantas outras ausências por motivos dos trabalhos a cumprir.

À minha orientadora, amiga e companheira da resistência e de tantas lutas externas, Denise Silva, que com muita paciência e disposição me estendeu a mão, braços e abriu caminhos.

À minha mentora, amiga e companheira da resistência e de tantas lutas internas, Rita Helena, que na gentileza do olhar e escuta me ajudou a perceber e viver o eu-tu-nós com outras cores e ângulos.

Ao LAEDDES e meus queridos laedeanos, que por 5 anos foram minha casa, forte e plataforma de voo. Ana Carla, Débora Aguiar, Marco César, Luiz Neto e Ilana Alves, que me proporcionaram aprendizados, amizades e tantos outros bons afetos. Vocês me ajudaram a abrir livros e o coração.

Aos meus professores do curso de Psicologia UFC/Sobral, que a cada tempo e modo, me ajudaram a ler, pensar e a combater “verdades”, discursos nos quais são motivos de tanto sofrimento humano.

Às participantes, que gentilmente abriram suas casas, vozes e vidas. Que dividiram seu tempo e seus olhares.

Aos funcionários do CFS, que muito amigavelmente e dentro de suas possibilidades, me permitiram realizar a investigação desse trabalho.

Às professoras, mulheres de grande saber e atuação, Érica Atem e Rita Helena, que me fortaleceram as ideias e, acreditando nesse trabalho, aceitaram participar da avaliação em plenas férias. Gratidão pelo voto de confiança e norteamentos ao longo de minha trajetória acadêmica.

“Se os brados de sofrimento evidenciam a dominação oculta em relações muitas vezes consideradas como parte da natureza humana, o conhecimento dos mesmos possibilita a análise da vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica, em outras palavras, da vivência do mal que existe na sociedade”.

(Bader Sawaia)

RESUMO

A investigação sobre a interseção entre pobreza e gênero, objetivo de nosso trabalho, propõe perceber nas histórias de vida de adolescentes grávidas, quais as representações sociais sobre pobreza, gênero feminino e a convergência destes temas na vida dessas mulheres. A pobreza em nosso estudo, tratada como pobreza multidimensional, decorre de fatos históricos, sociais e políticos, afetando o plano material e simbólico dos sujeitos que nela se inserem. Há neste decurso, raízes de uma constante desigualdade e discriminação de classes. De modo similar, o sexo feminino enquanto construção social, coloca o “lugar” da mulher ao longo da história ocidental como uma atuação marginal, secundária, conforme concluem determinadas produções sobre estudos de gênero e feminismo. As mulheres vivenciaram e ainda vivenciam uma história à margem da participação social, resultando as tarefas de cuidado, limpeza e reprodução da prole naturalizados como expressão única do existir feminino. Assim, de forma periférica, pobres e mulheres continuam a ter dificuldades no acesso à dinâmica do reconhecimento social, da cidadania, da dignidade, numa reprodução de existências subalternas. A pesquisa que originou este trabalho foi de cunho qualitativo, tendo como público informante adolescentes grávidas atendidas por um CFS – Centro de Saúde da Família, na cidade de Sobral-CE. O instrumento para coleta das informações foi entrevista semiestruturada. Para o delineamento do objeto utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre as categorias adolescência, juventude, pobreza e mulher baseando-nos em autores como A. Bock, E. Badinter, F. Biroli, J. Souza, P. Bourdieu, S. Beauvoir, dentre outros estudiosos. Investigamos nesse trabalho quais as representações sociais da pobreza e gênero feminino e, assim, analisamos os resultados dessas dimensões sobre as vidas das voluntárias. Através da Teoria das Representações Sociais identificamos que as representações sociais familiares de pobreza e do ser mulher influenciaram dimensões morais e materiais que rascunharam consideravelmente as condutas de agir e pensar das jovens participantes. As representações identificadas sobre essas categorias forjaram um lugar, espaço e posição de reproduções mais distanciadas em relação a independência e autonomia individual.

Palavras-chave: Pobreza, Mulheres, Gravidez, Representações Sociais.

ABSTRACT

The research on the intersection between poverty and gender, the objective of our study, proposes to understand in the life histories of pregnant adolescents, the social representations about poverty, feminine gender and the convergence of these themes in the life of these women. Poverty treated in our study as multidimensional poverty, derives from historical, social and political facts, affecting the material and symbolic plan of the subjects that are in it. Multidimensional poverty roots itself on constant social inequality and class discrimination. Similarly, the female sex as a social construction places the "place" of women throughout Western history as a marginal, secondary performance, as certain productions of gender studies and feminism conclude. Women have lived and still experience a history on the margins of social participation, resulting in the tasks of care, household and reproduction of naturalized offspring as the unique expression of female existence. Thus, peripherally, the poor and women continue to have difficulties in accessing the dynamics of social recognition, of citizenship, of dignity, what make them to reproduce subaltern existences. The research that originated this work was qualitative, having as informant pregnant adolescents attended by a CFS - Family Health Center, in the city of Sobral-CE. The data collection instrument was semi-structured interview. For the delineation of the object, we used bibliographical research on the categories adolescence, youth, poverty and women based on authors such as A. Bock, E. Badinter, F. Biroli, J. Souza, P. Bourdieu, S. Beauvoir, among others scholars. We investigate in this work the social representations of poverty and the feminine gender and, thus, we analyze the results of these dimensions on the lives of the volunteers. Through the Theory of Social Representations we have identified that the family social representations of poverty and of being a female influenced moral and material dimensions that considerably sketched the behavior of the young participants. The representations identified on these categories forged a place, space and position of reproductions more distanced in relation to the independence and individual autonomy.

Keywords: Poverty, Women, Pregnancy, Social Representations.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA	18
2.1 Decisões metodológicas	18
2.2 Trajetos da pesquisa.....	23
3. POBREZA E SUAS CONFIGURAÇÕES.....	24
3.1 Pobrezas: contornos e conceituações.....	24
3.2 Pobrezas: consequências sociais e subjetivas.....	25
4. ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: SEUS CONTEXTOS E (IN) DEFINIÇÕES.....	27
4.1 Adolescência e Juventude: um breve recorte histórico.....	27
4.2 Elas, adolescentes, jovens ou adultas, é possível classificar?.....	31
4.3 Gravidez na adolescência.....	31
5. A MULHER E SEUS DESTINOS: IMPLICAÇÕES DO GÊNERO.....	35
5.1 Mulher e seu “papel” social: ser mãe.....	35
5.2 Maternidade precoce e a pobreza.....	37
6. DISCUSSÕES	39
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	46
APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO MENOR.....	48
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	50
APÊNDICE D – ENTREVISTAS.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aspectos socioeconômicos gerais das participantes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

CSF - Centro de Saúde Familiar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PIB – Produto Interno Bruto

PSF - Posto de Saúde Familiar

SICC - Sistema Integrado da Comissão Científica

SUS - Sistema Único de Saúde

TRS - Teoria das Representações Sociais

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

1. INTRODUÇÃO

Os reconhecimentos sociais desiguais entre pobres e ricos, entre homens e mulheres¹ ainda tão presentes em nossa sociedade se constituem como um dos empecilhos ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Os papéis e lugares impostos à uns e outros tão arbitrariamente situam-se como uma pedra no caminho na direção de uma sociedade menos desigual e mais representativa.

Além das questões objetivas de existência, o acesso e gozo ao sentimento de pertencimento social se configuram de extrema relevância na constituição subjetiva dos indivíduos (SAWAIA, 2010). Vínculos em que as expressões subjetivas são limitadas, subalternas, tendem a (re) produzir relações dependentes, sem autonomia, desequilíbrios de atuação, cidadania. Nessa simbiose indivíduo e sociedade em que se constroem mutuamente as distinções sociais ocorrem nos âmbitos individuais, familiares e institucionais de variados modos, muitas vezes invisíveis, naturalizadas.

Uma faceta dessas práticas nas microrelações acontece nos ditos² populares, expressões recorrentemente utilizadas no cotidiano. Esses dizeres³ são permeados de saberes do “senso comum” que tentam transmitir uma verdade, um conselho, um exemplo moral. São ditados que ganham corpo a cada voz e tempo mantendo, geralmente, o núcleo de sentido e intenção. Essas orações, quando à luz das representações sociais falam de um imaginário social histórico, de pensamentos compartilhados, pensamentos que podem conter e retroalimentar traços de injustiça social, de desigualdades. Tais discursos são frutos das relações de poder estabelecidas nos espaços e condições experienciadas.

Não sendo palavras ditas em vão, discurso “não é simplesmente aquilo que é o objeto do desejo; e visto que a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistema de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013). Amostras de desigualdades de gênero e classe reproduzidas de forma invisível podem ser identificadas, por exemplo, em ditados populares, tais como: “*quem pariu Matheus*

¹ Nossa compreensão por mulher e gênero feminino segue a construção de Simone Beauvoir (2016) quando afirma ser “no estado atual da educação e dos costumes”. Não foi possível trazer neste trabalho outras discussões, como por exemplos Judith Butler ou de Joan Scott.

² Significado encontrado em Dicio - Dicionário Online de Português. Acessível em <<https://www.dicio.com.br/dito-popular/>>.

³ As referências aos ditados foram utilizados como exemplos pontuais. Não trabalhamos com as categorias dos ditados populares para análise.

que o embale” e “*alegria de pobre dura pouco*”. Os sentidos que essas sentenças carregam são de um lado, a responsabilização exclusivamente de quem pariu, logo a mulher. De outro, a intrínseca relação infortúnio e pobreza.

Como destacou Freud (1912) “a história humana é uma aliança entre destino e acaso, nunca somente um fator”. Sendo o sujeito fruto de suas ligações, observamos nos casos ponderados narrações que decorrem das relações sociais vivenciadas e, exatamente por isto, não podem ser pensadas como fator unicamente individual, mas que ao contrário, sofrem constantes influências e interferências coletivas.

Dentro das especificidades do surgimento de nossa sociedade brasileira, de base escravocrata, discriminatória, violenta, a nossa herança de classe é perversa (SOUZA, 2017). Neste trabalho, há uma aproximação das teorias que percebem a pobreza como um produto sociohistórico, formando um contingente historicamente prejudicado, excluído, jogado à própria sorte, em uma reprodução social do subcidadão, subgente, de classes subalternas, invisível, empobrecido, descartável (GUARESCHI, 2010; PAUGAM, 2010; SOUZA, 2016).

Se nos distanciarmos dos aspectos históricos da formação da “ralé⁴”, as pré-condições de acesso aos capitais simbólico, culturais e materiais, ocorre à atribuição do mérito pessoal, a legitimação, naturalização dos processos de criminalização, a segregação de determinados grupos como os empobrecidos e, nos arriscamos a inserir as mulheres e demais “minorias” nesse conjunto de indivíduos silenciados.

Outra questão social brasileira é gravidez juvenil. Frequentes são as notícias⁵, relatórios⁶, artigos⁷ evidenciando o tema gravidez na adolescência nas mais variadas plataformas e mídias de informações, sendo objeto de investigação e intervenção de diferentes áreas. Nestas comunicações são apresentados dados, levantados questionamentos e apontadas soluções para essa realidade cada vez mais

⁴ Definição provocativa de Jessé Souza para uma classe social constituída dentro das sociedades periféricas, como é o caso da brasileira, onde as pessoas de classes mais “baixas” não dispõem ou tem acesso dificultado dos meios necessários de competitividade social. As origens dos termos ralé e subcidadnia estão explicitadas In: SOUZA, J. A Construção Social da Subcidadnia. 2006. ___A Ralé Brasileira: quem é e como vive. 2016. ___Subcidadnia Brasileira. Leya. 2018.

⁵ Notícia: Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-américa e caribenha. 2018. Disponível em < <https://goo.gl/eqTXjR>>.

⁶ Relatório Situação da População Mundial 2017: Mundos Distantes – Saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdade. Disponível em < <https://goo.gl/QVstao>>.

⁷ Artigo: Representações Sociais de Adolescentes Grávidas Sobre a Gravidez na Adolescência. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/12.pdf>>

crecente.

Os dados apontam que mesmo em regiões e períodos distintos, essas mães, em sua maioria, são de baixa renda e/ou pouca escolaridade (UNFPA, 2017). Os documentos destacam ainda que essas jovens inseridas no contexto da pobreza, vivenciam situações de violências, discriminações, estigmas. Um processo que imprime marcas subjetivas profundas nas vidas dessas mulheres, transformando o presente e, às vezes, delimitando “futuros prováveis” (SOUZA, 2016).

Segundo a UNFPA “o Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul, empatando com Peru e Suriname, com um índice de 65 gestações para cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos, segundo dados referentes ao período de 2006 a 2015” (UNFPA, 2017). Em sua maioria, as meninas mais pobres são as que mais representam esses números. São jovens que muitas vezes se vêm obrigadas a sair da escola e, sem as condições educacionais exigidas pelo mercado, futuramente irão se inserir (quando se inserem), em trabalhos precarizados.

A maternidade, comumente vista como papel central da mulher (BIROLI, 2014), deve ser mais profundamente discutida. Dentre as implicações do gênero feminino no imaginário social estão presentes outras marcas estereotipadas como as de inferioridade, desqualificação, impotência, fragilidade, dentre outros estigmas. Essas mensagens são repassadas rotineiramente no processo educativo familiar e escolar desde a infância das mulheres, exercendo poderosa forma de controle sobre elas. “Os estereótipos de gênero são tão profundamente incutidos em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade” (ADICHIE, 2017). Neste sentido, os estereótipos de gênero podem dar seguimento as iniquidades, haja vista que

o acesso a recursos e o reconhecimento do valor e da capacidade dos indivíduos para definir a própria vida variam segundo suas características e sua posição nas relações de poder, entre elas o gênero[...] Desigualdades estruturais impactam as possibilidades de autodefinição e as oportunidades disponíveis para as pessoas (BIROLI, 2014).

Ao debater sobre as distinções de tempo, oportunidades e dos papéis sociais no seio da pobreza e gênero feminino, estamos falando de constrangimentos sociais que afetam, principalmente, a subjetividade dessas pessoas. É fato que as condições econômicas importam, mas também é relevante considerar as questões sobre o sofrimento ético-político dos indivíduos que vivenciam essas questões de vulnerabilidades, de exclusões (SAWAIA, 2010). Escutar as experiências singulares

desses atores é poder potencializar a visibilidade da exclusão opaca, dissimulada nas preocupações dominantes, nas práticas opressoras, nas políticas de inclusão marginal.

A exclusão como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção, necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim, em intersubjetividades delineadas socialmente. (SAWAIA, 2010, p. 100).

Essa construção de papéis sociais, de sentimentos, de identidades é formada desde a infância, nos processos de sociabilidades, das relações entre indivíduos. As ideias que resultam dessas interações imprimem forças sobre nossos sentimentos, pensamentos e ações. Esse conhecimento, o *habitus*, que desde o início da vida é inserido na carne e espírito humano guia as relações sociais e perspectivas.

Como um sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes [...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas, e por esta via, carreiras ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 19xx, p. 191.)

Desse modo, *habitus* é uma transmissão de valores, esquemas avaliativos que são internalizados alimentando nossa forma de raciocinar e proceder no mundo. O que comumente são identificados como talentos naturais para determinadas ações são na verdade, habilidades socialmente construídas, pré-disposições que são ensinadas (internalizadas) e posteriormente reproduzidas (externalizadas) (SETTON, 2002). Essa difusão de princípios originadas nas relações sociais e das compreensões que delas emergem, nos constituindo a consciência, modos de percepção e julgamento da vida é processo semelhante ao da construção das representações sociais. Ambos formam o conteúdo balizador entre os processos internos e externos de interação social.

Nestes acontecimentos, observamos que a pobreza e desigualdades de gênero formam uma clivagem entre sujeito e potencialidades de ser. Esses papéis são criações psicossociais e, desse campo, devem ser analisados. “Há injustiças reparáveis” afirma Sen (2011), logo, os mecanismos de estigmas e exclusões para com os pobres e mulheres precisam ser amplamente investigados objetivando a modificação de nossas formas de relações e prática de alteridade.

Diante disto, as categorias pobreza e gênero feminino estão interligadas no

que diz respeito às condições históricas de exclusão. Esses grupos são segregados pela ausência das habilidades vigentes em cada época, sem consideração à origem desigual do ponto de partida, da implicação coletiva dessa violência. Em uma sociedade pautada pelo capital, pela hierarquia de valores e *status quo*, ser pobre, ser mulher, constituem identidades sociais que vivenciam processos de privações cotidianas.

A proposta dessa pesquisa é perceber os fios condutores, linhas da história, os pontos que foram e são dados na construção da gravidez juvenil que, em nossa hipótese, retroalimenta à pobreza intergeracional. A motivação desse projeto surge da inquietação em notar jovens mulheres da periferia em uma “disposição” quase profética de dependência perante a situação de pobreza e do ser mulher. A pobreza e a desigualdade de gênero quando amalgamadas forjam subjetividades maltratadas, criminalizadas, sujeitos com maiores dificuldades de participação ou representação política, sem voz, invisíveis.

Destarte, estudar as relações entre pobreza e gênero é algo que nos instiga, movimenta. Nosso objetivo principal é perceber as representações sociais sobre pobreza e gênero feminino dessas mulheres, tendo como pergunta central a de saber como as suas representações sociais sobre pobreza e gênero feminino influenciaram em suas vidas. Para atender nossos questionamentos e melhor percepção de nosso tema realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa. Praticamos ainda a pesquisa bibliográfica para demarcar as categorias de nosso objeto e utilizamos as entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados junto às participantes. Para fins de análise, a Teoria das Representações Sociais nos auxiliou na assimilação do que fora identificado em campo.

O plano desse trabalho está dividido além da introdução em outros cinco tópicos. O segundo capítulo, discorre sobre a metodologia adotada, os procedimentos utilizados e demais configurações da realização da pesquisa. O terceiro capítulo, denominado pobreza e suas configurações, redige sobre o conceito de pobreza em diferentes autores e as implicações da pobreza e relatos sobre essa categoria a partir das participantes. No quarto capítulo, traçamos breves considerações sobre o conceito de adolescência e juventude e como isto foi identificado em campo. No quinto capítulo, a discussão é sobre a mulher e seus destinos, as implicações do gênero. Finalizando, o último capítulo recapitula a teorização e análises realizadas na pesquisa.

2. METODOLOGIA

2.1 Decisões metodológicas

A construção da pesquisa⁸ foi de natureza básica, esta que busca gerar novos conhecimentos na ciência; e de objetivo exploratório, que visa se familiarizar com os problemas e possibilitar construção de hipóteses, como afirma Cassandra Silva (2004). Ressalta-se ainda, a utilização/observação das considerações das Resoluções CNS 466/12 e 510/2016, uma vez que a pesquisa estava direcionada para um público imerso em condições diversas de vulnerabilidades.

Para melhor delineamento e entendimento da pesquisa, a metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa, pois dentre as diferentes abordagens existentes ela é a que melhor se aproxima da captação de representações sociais, operacionalização e análises dos elementos a serem obtidos nas narrativas das participantes.

A proposta da pesquisa qualitativa é uma forma de satisfazer as exigências epistemológicas inerentes aos estudos da subjetividade como parte constitutiva do indivíduo e das diferentes formas de organização social [...] é um esforço na busca de diferentes formas de produção de conhecimento em psicologia que permitem a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular e histórica, que representa a subjetividade humana (REY 2002, p. 28-29).

Os instrumentos adotados foram os roteiros⁹ para entrevistas semiestruturadas e a pesquisa bibliográfica. A decisão pela entrevista objetivou o foco nas histórias de vidas das participantes, narrativas estas que carregam entre os fatos relatados, marcas de um processo histórico social abrangente que retratam uma conjuntura maior, estrutural da vida das pesquisadas, suas relações. A entrevista teve por objetivo uma maior aproximação das representações de vida e visões de mundo dessas jovens. Estas técnicas auxiliaram em uma compreensão mais centrada da realidade social com a qual as informantes lidam cotidianamente. Os norteamentos das entrevistas estavam direcionados a conhecer: dados pessoais, dados familiares, vida escolar, questões socioeconômicas, circunstâncias da gravidez, representações sobre ser mulher, ser homem, ser mãe/maternidade, ser pai/paternidade, sonhos e projetos para o futuro.

A quantidade de participantes apenas pôde ser definida posteriormente em campo, em razão da existência e disponibilidade do público pretendido. Outrossim, não

⁸ Parecer favorável pela Secretaria da Saúde Comissão Científica da Prefeitura Municipal de Sobral, sob o nº 0050/2018. O projeto também fora submetido para a avaliação do CEP da Plataforma Brasil, porém, em processo de análise até o momento final da redação deste trabalho.

⁹ Verificar em apêndice C.

é possível determinar uma quantidade *a priori* pois é incompatível com o objetivo da pesquisa em questão. Como aponta Minayo (2017), “não há medida estabelecida a priori para o entendimento das homogeneidades, da diversidade e da intensidade das informações necessárias a um adequado trabalho de pesquisa”.

Para análise de todo o conjunto de dados coletados, o caminho adotado ocorreu através da Teoria das Representações Sociais. Neste modelo de investigação e análise, pretende-se pensar e compreender de forma mais prudente sobre os dados, em como eles se apresentam e representam nas vidas destas jovens, sobre os movimentos e transformações que ocorreram em função da situação da pobreza, do gênero, da maternidade, as inter-relações entre eles, os discursos e ações que surgirem, seus estranhamentos e concordâncias, as ideologias e as relações de poder existentes. A pretensão pelo compreender, o olhar, o que de diferente e multiforme se apresenta, em como se expressam e se relacionam, serão balizadores em nossas análises.

A teoria das representações sociais, termo cunhado por Serge Moscovici, em meados de 1950, é uma proposta teórica na tentativa de apreender como as pessoas percebem e entendem o mundo ao seu redor. Como dentro das relações sociais as ideias, os pensamentos se constituem, como as percepções se projetam nos sujeitos nos mais diferentes meios e tempos, isolados ou coletivamente, como o sujeito vê a si e ao mundo. Não importando apenas o resultado final, um evento isolado, mas o processo de como a representação ocorreu e o que possibilitou seu aparecimento. Teoria que pretende examinar como se formam os conhecimentos, como pensamos. Dimensão histórica e transformadora. (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH. 2012).

A história do sujeito não é apenas fato, mas uma rede de acontecimentos que carregam marcas, sentidos, saberes e conflitos de uma história também coletiva, relações convergentes e convexas de trama social contínua. Não é uma cópia da realidade, mas reconstruções constantes desse movimento. Posto que a Representação Social é um processo intrínseco às relações humanas, cheias de significados e poderes, dialeticamente determinante e flexível, dinâmica e conservadora, imagem, símbolo e ação, cristalizada e transformadora. Um complexo conjunto de elementos que representam e apresentam o mundo dos homens, e lhes possibilitam um permanente (re)construir, (re)lacionar (re)interpretar íntimo e social.

As interpretações de Minayo e Jodelet elucidam que as Representações Sociais são processos intrínsecos às relações humanas, cheias de significados e poderes, determinante e flexível, dinâmica e conservadora, imagem, símbolo e ação, consciente e

desconhecida. Um complexo conjunto de elementos que representam e apresentam o mundo e suas realidades aos homens, lhes possibilitando (re) -(des)- construir a realidade social.

O papel da experiência para a construção das representações sociais, está na vivência. Assim, como afirma Jodelet (2006), pode constituir formas particulares de acomodação do conhecimento que não se caracterizam como erro, mas sim, como um conhecimento contextualizado. (Accorssi & Scarparo 2016, p. 87).

Tal teoria se propõe a entender como dentro das relações sociais, as ideias e os pensamentos são construídos, como estas percepções moldam e guiam os sujeitos através de processos históricos individuais e coletivos, como o indivíduo se vê e enxerga o outro, como compreende fatos, como age no mundo. Nesse sentido, as escolhas dos indivíduos não são fatos por si apenas, desvinculados, mas sim, construídos e atribuídos de diferentes significados. Portanto, todas essas definições e ideias devem ser observadas, analisadas dentro de um conjunto de fatores que dão corpo e suporte para a existência do objeto pesquisado.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Sistema Integrado da Comissão Científica da Secretaria de Saúde de Sobral (SICC) e, posteriormente ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, via Plataforma Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa, as entrevistas foram gravadas (conforme apontando no TCLE, anexo A), ressaltando que nenhum dado pessoal ou de identificação dos sujeitos será divulgado, obedecendo todos os princípios éticos e legais conforme as Resoluções CNS 466/12 e 510/16. Todos os responsáveis legais e participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexo A).

Conforme a delimitação de nosso objeto de estudo, os critérios para participação obedeciam, a saber: ser gestante, ter entre 12 a 18 anos, residir em território de classe popular. Ao todo, após os procedimentos de visita na instituição, apresentação da pesquisa e convite às participantes, obtivemos por fim, 5 (cinco) jovens voluntárias dispostas a participarem.

Para o contato com as entrevistadas, foi de fundamental importância a colaboração e mediação da gerência e agentes de saúde do CSF. Deste modo, foi possível fazer a apresentação e invite da pesquisa às participantes. Anterior ao contato direto com as jovens da pesquisa, foram realizadas diversas visitas ao CSF em questão para a apresentação da pesquisa e verificação da existência do público alvo. Após

ciência e concordância da gerência, buscamos junto a cada agente de saúde a informação sobre a gestante atendida, que estava sendo acompanhada. Salientamos a boa vontade e disposição desses profissionais que auxiliaram fortemente. Em cada visita na instituição, observamos que há um constante trabalho realizado por todos esses atores mesmo diante da intensidade/ volume de trabalho e condições estruturais nem sempre favoráveis.

Após aceitação das voluntárias em colaborar com a investigação, individualmente verificamos com cada gestante o melhor local (CSF ou residência familiar) e horário para realização da entrevista. Todas as participantes concordaram em conceder os depoimentos nas próprias residências.

Os relatos coletados foram compartilhamentos de histórias muito singulares, carregadas de sentimentos dos mais diversos tipos e emoções. Meninas, adolescentes ou mulheres, independentes da faixa etária ou classificação nas políticas públicas, elas são, sobretudo, pessoas de direitos e dignidade, conforme estabelece nossa própria carta magna.

Tratando da confiabilidade das narrações, transcrever é uma tarefa muito delicada quando necessita-se transpor para o papel esses recortes de vidas alheias, tão generosamente confiados. Abaixo, apresentamos uma tabela com dados gerais sobre os aspectos socioeconômicos das participantes entrevistadas¹⁰.

Figura 1 – Aspectos socioeconômicos gerais das participantes.

Entrevistadas¹¹	J.S	A.C	R.B	H.S	M.V
Idade	18	17	13	15	17
Escolaridade	Ensino médio em andamento	Ensino médio em andamento	Desistência no ensino fundamental (questões do território)	Desistência no ensino fundamental (questões do território)	Desistência no ensino médio (questões do território)
Situação Conjugal	A	S	A	A	A

(C: casada; A: amasiada; S:

¹⁰ Preservando o sigilo e identidade das participantes, foram apresentados apenas as iniciais dos nomes das voluntárias.

¹¹ Verificar em apêndice D. Respeitando o modo coloquial de fala das voluntárias, o texto da transcrição está apresentado de forma integral e fidedigna ao que foi e como foi escutado. Uso de vírgulas e reticências visavam dar ao leitor uma fluência parecida ao modo como estava sendo falado.

solteira)															
Renda¹²	De	até	1	De	Até	1	De	Até	1	De	Até	1	De	até	2
Familiar	salário mínimo (origem – serviços autônomos)			salário mínimo (origem bolsa-família e serviços autônomos)			salário mínimo (origem bolsa-família e serviços autônomos)			salário mínimo (origem bolsa-família e serviços autônomos)			salários mínimos (origem – pensão por morte de familiar)		
Raça/Etnia	Branca			Negra			Parda			Parda			Branca		
Residência	Sogra - Terrenos Novos			Pais - Terrenos Novos			Sogra - Residencial Caiçara			Sogros - Residencial Caiçara			Sogra - Residencial Caiçara		

Fonte: Elaborada pela autora.

Na realização deste ofício, a investigação foi realizada no município de Sobral, localizado na zona norte do estado do Ceará. Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE¹³, 2010), Sobral conta com uma população de aproximadamente 202.854 habitantes e em constante crescimento, sendo considerada uma cidade de médio porte. A renda per capita do município é cerca R\$ 448,89, sendo que 25% da população vive em condições de pobreza (em média R\$ 200,00 renda familiar), segundo as análises de 2010, realizados pelo instituto IBGE.

Em específico, o centro de saúde CSF - Francinilda de Sousa Mendes, que fora investido na pesquisa, localiza-se na Rua Airton Sena, Terrenos Novos, Sobral – CE. A escolha deste dispositivo se faz em razão de sua estimativa de atendimento, cerca de 6.200 pessoas dos bairros Terrenos Novos e Residencial Nova Caiçara¹⁴. Bairros estes de grande volume populacional e inseridos no contexto de vulnerabilidades e pobreza. Por serem bairros bastante populosos, maiores eram as chances de obter participantes dentro do perfil vislumbrado.

O CSF se configurou como suporte para gestantes, oferecendo os serviços de atenção básica necessários para a situação da gravidez. Mesmo com as precariedades do SUS, a unidade básica conseguia alcançar as casas e casos dessas jovens. Ainda que

¹² Dados obtidos durante as entrevistas. Nessa faixa de renda as participantes enquadram-se conforme parâmetro do Banco Mundial (R\$ 387,07 per capita mensal) e do Brasil Sem Miséria (até 170,00 per capita mensal) como pobres. Todavia, essa não é definição única para este conceito.

¹³ Notícia disponível em < <https://bit.ly/2RjK92M> >

¹⁴ Cerca de mais de 15 mil pessoas residem neste conjunto. O local é constantemente noticiado como local de conflitos entre gangues e tráfico de drogas. A questão da periculosidade é retrata nas narrativas das participantes. Verificar em <http://blogdoverissimo.com.br/site/2016/10/13/nova-caicara-solenidade-no-boulevard-do-arco-marca-assinatura-dos-contratos-de-mais-1-280-moradias/>.

estivessem presentes as dificuldades apresentadas pelas agentes de saúde, no tocante as constantes burocracias¹⁵, elas apresentaram muito bem-estar no tratar com esse público.

2.2 Trajetos da pesquisa.

As dificuldades para execução desse trabalho foram várias, tanto teóricas, metodológicas como a efetuação em campo. Discorremos aqui brevemente sobre os aspectos observados e registrados no diário de campo. Diário de campo, tido como um dos instrumentos fundamentais no exercício da pesquisa qualitativa, esse recurso é o campo onde “o investigador deve anotar todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais” (MINAYO, 2014). Esses dados, aparentemente dispensáveis a condução das atividades, são meios de revisão, possibilitando mudanças no decorrer da investigação. Essas informações foram de grande aprendizado quando tivemos de retomar as anotações para escrita final. Na recapitulação do diário bem como as entrevistas é possível que tenham mais considerações a serem refeitas do que a obtenção de achados nesse cenário, pois o processo de inserção e desenvolvimento em campo é extremamente delicado.

Em campo, junto ao CSF em questão, de posse do protocolo, frequentar e assim ter contato com os atores que poderiam auxiliar nessa empreitada foi processo bem mais acessível. A gerência foi responsável por apresentar as agentes que conseguiram ser responsáveis por mediar o contato com as jovens gestantes. Esse caminho não poderia ter se traçado de outro modo. O pensamento de seguir essa ordem partiu da observação de quem eram os atores mais próximos do público. Qualquer outro profissional, ainda que atenda as gestantes, não exerce um vínculo mais estreito que as agentes de saúde.

No que se refere ao trabalho das agentes, elas são responsáveis pelo acompanhamento mensal ou a julgar pelo caso, da gestação, saúde da grávida e criança. Além dessa explicação apresentada pelas próprias trabalhadoras, quando acompanhando essas funcionárias nas visitas às adolescentes, testemunhei o trabalho de verificação das cadernetas, sobre as consultas, sobre o peso e outras questões referentes ao bom andamento da vida/corpo das participantes. Como a divisão de agentes ocorre por área dos bairros, nem todas as agentes tinham gestantes em acompanhamento, logo, nem

¹⁵ Em todos os momentos de visita ao CSF, as agentes antes de começarem suas visitas nas respectivas áreas de trabalho, era constante o preencher das fichas de territórios. Elas comentavam que era cansativo e chato. Essa ficha devia conter informações que, se compreendi certo, levavam dados sobre os moradores ao sistema do Bolsa Família.

com todas tivemos a oportunidade, mesmo entre um prontuário e outro, de dialogar sobre o assunto da pesquisa. Dentre as 8 (oito) gestantes de 12 e 18 anos que estavam sendo acompanhadas no CSF, obtivemos 5 (participantes), 1 (recusa à participação), 2 (choques de horários para as entrevistas). Considerando que tanto gerência e agentes afirmaram que gravidez juvenil é índice relativamente alto e recorrente da agência de saúde, o número de participantes foi, de certo modo, reduzido.

3. POBREZA E SUAS CONFIGURAÇÕES.

3.1 Pobrezas: contornos e conceituações.

Estudar e pensar sobre a pobreza é assunto delicado de difícil definição. Isto porque dentro de nosso campo teórico das ciências humanas, nossa questão é mais qualitativa, variável e em construção. Como já alertaram Accorssi, Scarparo & Guareschi (2012), “pobreza é um conceito polissêmico e complexo que requer cuidado”.

As definições das políticas públicas de enfrentamento da pobreza e as visões economicistas do Banco Mundial e MDS, PIB, IDH, são de grande importância. Elas contribuem em direcionar políticas na identificação das pessoas em maiores vulnerabilidades e nas estratégias de enfrentamento dessa situação. Porém, essas não são as únicas formas de compreender o conceito de pobreza.

Pobreza não é só a insegurança alimentar, a precariedade de moradia ou ausência de escolaridade, ela também é política e conforme defende Pedro Demo (2001), pobreza “não é miséria pura e simples, mas aquela impingida, aquela discriminatória, ou, mais que tudo, aquela da maioria em função da locupletação da minoria. Pobre é sobretudo quem faz a riqueza do outro, sem dela participar. Pobreza em sua essência é discriminação, injustiça.”

Pobreza também pode ser pensada como formas iguais de acesso e modos de produção. Para Estanislau e Ximenes (2016), pobreza é o “processo, uma consequência do modo de produção capitalista, cujas importantes características são a exploração da força de trabalho, para produção de riqueza e a concentração de renda, constata-se que um contingente de sujeitos se encontra inserido de forma precária no processo de produção”.

Ainda sobre formas desiguais de acesso, a pobreza é descrita por Jesse Souza (2016) dentro da ralé, para o autor a ralé se constituiu e se reproduz nos modos

diferenciados de habilidades, não possui nenhuma qualificação incorporada para ingressar no mercado de trabalho qualificado, mesmo que tenham vagas abertas.

Sobre as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade, o termo empobrecido é a classificação escolhida por Guareschi (1992) para falar sobre pobreza. Para ele, num mundo de categorias é possível falar pobres e ricos, mas no mundo de relações não, pois exige um e outro, nesse caso há enriquecidos e empobrecidos, é uma relação dialética, eles foram empobrecidos.

Existem outras classificações e formas de mensurar e identificar a pobreza. Isto não é um problema em si, mas aponta que a questão de renda não diz de forma suficiente como esse fenômeno é vivenciado pelas pessoas. Os autores que descrevem a pobreza por outro viés, falam a partir de dilemas em que apenas o dinheiro não resolve. Eles falam da necessidade olhar para outras formas de fomes, fomes de participação, de dignidade, de reconhecimento. A pobreza não é condição natural e, ainda que histórica, dialética, cabe sim enfrentamento. (GUZZO, 2016).

3.2 Pobrezas: consequências sociais e subjetivas.

No Brasil, mesmo com os antigos compromissos de erradicação da pobreza em acordos internacionais e saída do mapa da fome em 2012, o país ainda amarga os números estimados em 50 milhões de pessoas na pobreza¹⁶, sendo 11% destes na extrema linha, segundo os cálculos feitos pelas instituições como IPEA, IBGE. Assim, a pobreza permanece latente, absurda, imoral em todos os seus níveis.

A ocorrência deste cenário é na maioria das vezes explicada pelo viés economicista, de caráter neoliberal, mas precisa ser ampliada. Afinal, não se trata apenas de ausências materiais, a pobreza “pode acarretar formas específicas e opressoras de constituição da identidade, enfraquecendo as potencialidades dos indivíduos; mantendo as condições de opressão existentes na sociedade; e reproduzindo práticas discriminatórias voltadas aos indivíduos pobres” (MOURA Jr, 2012).

Dito isto, é preciso lembrar as rupturas de vínculos, as precariedades que a pobreza representa na maioria das vezes (WANDERLEY, 2010). No Brasil, essa apartação que é social, cultural e política, pobreza e exclusão se alinham. (SPOZATTI 1996, *apud* WANDERLEY, 2010). Assim, a naturalização da pobreza e os estigmas dessa categoria ganham dimensão dolorosa.

¹⁶ Notícia: IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. Acessível em <<https://goo.gl/1Ug2DC>>.

Nessa classe de descartáveis, não há um processo de cidadania, mas sim o de subcidadania, prática coletiva de reconhecimento social injusto. Nela “a noção de subcidadania implica uma hierarquia valorativa das pessoas, implícita e enraizada institucionalmente de modo invisível, que determina quem é ou não gente, e, por consequência, quem é ou não cidadão. Tal processo incide fundamentalmente nos acessos diferenciados aos recursos materiais e simbólicos na vida social” (SOUZA, 2003).

Diversos constrangimentos atravessam esse grupo não somente pelas faltas materiais, dado inquestionável, mas também são afetados os planos simbólico e imaginário dessas pessoas. Parte disto, processos como vergonha humilhação foram muito bem retratados nos estudos de Moura Jr. (2012), Ximenes et al (2016), Jovchelevitch (2013), Neri (2016).

O campo da imaginação, do planejar é fortemente afetado quando se vivencia contexto familiar/educacional atravessado pela situação de pobreza que “(...) pode perpassar diferentes níveis e espaços: da fome às condições existenciais (subjetivas), e dessas condições às rupturas das relações de sociabilidades”. (ACCORSSI; SCARPARO, 2016).

Baseados nesses autores e nas informações de: a) valor da renda, b) ser usuário de serviços básicos de saúde, escolaridade e ou ser beneficiário de algum programa assistencial subsidiado pelo Estado, c) residir em bairros populares, consideramos o contexto das participantes como sendo de pobreza. O olhar dessas mulheres sobre pobre é diferente do que apresentamos acima, a partir da história de cada uma sobre o tema. Os relatos delas sobre ser pobre ou sobre a pobreza se configura como:

J.S: Classe média. Porque a gente não é tão pobre né? Tem pobre que passa necessidade, não tem o que comer, não tem aonde dormir. E aqui não, a gente tem o que comer, quando num tem... tipo assim, num tem o que a gente quer a gente come outra coisa né, pois é... eu num me coiso como pobre não.

A.C: Pobre. As vez é o jeito que a gente vive, nem sempre a gente tem aquilo que comer, a gente... isso é pobreza, num ter aquele dinheiro pra comprar o que a gente quer, isso pra mim é pobreza.

H.S: Pobre. Pelas necessidades que nós passa.

R.B: Pobre. Silêncio... não ter muita condição financeira.

M.V: Classe média. Ser pobre é ser humilde, não pisar nos outros, o que ajuda. Porque Deus era pobre mas ele ajudava os outros. E eu acho que sei lá, ser pobre é ser humilde, ter humildade, ter bom coração. Porque tem muito pobre aí querendo ser rico, querendo pisar nos outros só porque entra

num curso de direito ou então se torna médico aí acha que é maior que os outros, essas coisas.

Com base nos relatos das que se definiram como pobres, a prevalência da insegurança alimentar¹⁷, instabilidade de renda se configura como a representação social da pobreza para essas jovens. Pobreza nesses casos é entendida como ausências materiais, condições objetivas de existência.

Em todos os casos, o tema pobreza foi o assunto que menos obtivemos respostas longas e mais silêncios entre as palavras. Esse fato pode ter sido causado pelo fato da pobreza ser “considerada um fracasso [...] vinculado ao sentimento de vergonha relacionado à estigmatização da pobreza” (MOURA, Jr., 2016).

Outro ponto identificado em campo se refere às formas de enfrentamento dessa situação. Todas as mulheres disseram que gostariam de voltar aos estudos para conseguir trabalho e assim prover ou ajudar o sustento familiar. Esses posicionamentos divergem de determinadas crenças preconceituosas sobre os pobres em relação às políticas de transferência de renda, de que são sujeitos conformados com a situação de passividade.

4 ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: SEUS CONTEXTOS E (IN) DEFINIÇÕES.

4.1 Adolescência e Juventude: um breve recorte histórico.

A categoria adolescência, enquanto objeto dos discursos e práticas da medicina, psicologia e psicopedagogia emergiu entre os séculos XIX e XX e com ela aparece um sujeito “problema” que precisava urgentemente ser melhor direcionando para poder atender aos ideais morais e burgueses da época. O adolescente nas investigações daquele período é representado como inconsequente, estúpido, rebelde, transviante, sexualizados ao extremo. Atualmente, conforme Rosistolato (2010), o adolescente ganhou outro apelido, o trocadilho aborrecente. Essa definição e histórico quase patológico sobre essa comunidade permanece no cotidiano, reproduzindo o mesmo entendimento naturalizado de um sujeito problemático.

Essa fase construída dentro das práticas médicas, psicopedagógicas, psicológicas daquele contexto, precisam produzir o bom sujeito para a escola, para o

¹⁷ Não foi adotada na pesquisa a verificação junto a EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Bem como a aplicação do questionário socioeconômico. Nosso objetivo era identificar a partir dos relatos das jovens quais as representações sobre pobreza.

mundo do trabalho, os profissionais que a indústria necessitava. Existia o pensamento de que esta era uma categoria uniforme sendo então possível compreensão e intervenção. No entanto, diferente do que ditam os discursos essencialistas, a adolescência não é processo homogêneo, igual a todos os indivíduos e culturas. A autoria primeira do conceito não é consenso, alguns estudiosos apontam Stanley Hall outros Erickson como o responsável pela institucionalização do termo nos discursos e práticas sobre adolescência (BOCK, 2007). Independente disto, esse início é marcado por uma metodologia positivista, praticada pela medicina higienista da época. São corpos que foram desde o início objetos de estudos para a criação do sujeito perfeito. (CÉSAR, 2008).

Muito se diz e pouco se escuta sobre esse público e, conforme La Jonquiere *apud* César (2008), “o adolescente é a fase em que o indivíduo não é”. O discurso psicopedagógico do século XX foi o produtor desse sujeito adolescente, na Europa. Com o surgimento desses saberes surgem novas práticas e possibilidades de intervenção. Novos modos de existir, novos modos de relações sociais e poder, estabeleceram condições para que esse novo ser pudesse ser criado, investigado, moldado, institucionalizado, normatizado via processo disciplinador.

A ideia de sujeito “problema”, fruto das questões educacionais, hormonais, ou familiares foi por muito tempo defendida por profissionais das áreas médicas, pedagógicas e psicológicas. Dessas circunstâncias sobre o adolescente, salienta-se que ocorriam diferenças nos dispositivos empregados, a saber: Aos ricos a escola, aos pobres os institutos correcionais e a assistência. Esses dispositivos naturalizaram e patologizaram a pobreza, os duplos negativos de sujeito produtivo e moral (CÉSAR, 2008).

Desde os primeiros diagnósticos sobre adolescência, ainda no século XX, que significativas mudanças ocorrem nos estudos desse campo teórico. Os recortes apontados anteriormente servem como apresentação geral sobre o assunto de forma introdutória. Ainda hoje a discussão sobre essa categoria é multidisciplinar ramificando-se por diferentes áreas, tais como as médicas, jurídicas e das políticas públicas.

No campo da ciência psicológica, discute-se que os discursos desenvolvimentistas ainda em voga sobre a adolescência não são a melhor definição e entendimento para esse grupo tão heterogêneo. Disto, decorre uma produção ampla sobre essa temática em diferentes livros e plataformas digitais, voltados para os

profissionais e pais que buscam cada vez mais entender sobre esses sujeitos. (BOCK, 2007). Uma, dentre as várias definições na produção nacional sobre essa categoria é de a que:

adolescência é uma fase para o ingresso na vida adulta e que, pelo fato de não haver precisão sobre seu início e seu término, demarcados através de rituais socialmente reconhecidos, a adolescência é vivida sob forma de imensa contradição e ambiguidade. No mais, é um fenômeno das sociedades modernas surgidas no final do século XIX e início do século XX com o incremento da urbanização e industrialização, emergindo entre a infância e a vida adulta como um período intermediário (DOMINGUES; ALVARENGA, 1991 apud BOCK 2007).

Crescer e adoecer compõem a etiologia da palavra adolescência talvez muito em razão das compressões antigas sobre o tema. Porém, ser adolescente não carrega uma entidade doentia por si. As práticas médicas que naturalizaram certos objetos, dentro os quais a infância, a adolescência, a maternidade, são discursos que se configuram como falhos e incompetentes. Os modelos naturalizados não atendem às diversidades, haja vista que elas não se atentam às distinções entre gênero, classe, etnia, dentre outras.

A categoria adolescente neste trabalho foi inicialmente uma compreensão do que abrange a descrição do ECA e CF, no qual insere a categoria adolescente na faixa de 12 a 18 anos. Porém, após as pesquisas de literatura sobre o tema percebemos como impreciso e limitante esse termo pode ser. Conforme Novaes; Almeida e Tracy, Apud Rosistolato (2010), definir como juventudes as pessoas que estão dentro dessa faixa etária é a melhor opção de entendimento e descrição sobre esse público.

Referente a juventude¹⁸, também não há um consenso sobre as características, modos de agir e pensar desses grupos. Essa fase de transição para a vida adulta é defendida por alguns estudos como sendo de 18 a 24 anos, outros definem como jovens os que possuem idade de 15 a 24 anos. Assim como adolescência, esse período não pode ser compreendido exclusivamente pela explicação biológica, mas sim pelo contexto social, histórico desses jovens.

Atualmente no Brasil há cerca de 11 milhões de jovens que segundo levantamento do IBGE¹⁹ estão caracterizados na pesquisa como nem-nem, nem estudam

¹⁸ Organização Mundial da Saúde (OMS), que distingue a juventude por um recorte etário, considerando-se jovem aquela pessoa entre 15 e 24 anos.

¹⁹ Matéria veiculado no site oficial do congresso nacional. A publicação que se refere o IBGE é do biênio 2016-2017. Disponível em < <https://bit.ly/2rTkK0F>>

nem trabalham. São jovens em sua maioria de classes pobres, em meio a grandes dificuldades de acesso às oportunidades e “predisposições” para obtê-las (SOUZA, 2003). O contingente é de uma juventude brasileira pobre, periférica, que enfrenta mais do que as mudanças no corpo, mas também os impactos das mudanças sociais e com ela os estreitamentos de chances de crescimento pessoal e profissional.

Em termos mais gerais, a juventude, assim como a adolescência, também carrega o peso das exigências sociais e os conflitos dessas cobranças. A categoria é nova, mas o problema é antigo. Isto porque

Embora a população jovem tenha necessidades singulares e seja considerada objeto de grande importância na formação dos futuros líderes, esta faixa etária foi negligenciada durante anos. Isso ocorre não obstante o grande peso que este grupo exerce sobre os indicadores sócio demográficos de um país. De fato, estes jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho e oportunidades no ensino superior. Por outro lado, são estes mesmos jovens que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas e a taxa de fecundidade das mulheres jovens é o que, atualmente, mais tem contribuído para o nível geral prevalecente em determinados países, inclusive o Brasil. (MADDEN; SABER, 2007).

As peculiaridades de cada contexto é que irão desenhar os modos de percepção e ação nos mais diferentes espaços. É preciso considerar os aspectos e condições políticas, econômicas, sociais presentes das formas de sociabilidades, interações humanas desses grupos. As formas de enfrentamento frente às mudanças decorrentes da moratória e as potencialidades a serem desenvolvidas nessa etapa são vivenciadas de modos divergentes entre adolescentes/jovens de diferentes gêneros, classes, etnias.

Enquanto para o masculino as mudanças de fases são para prepará-lo para o mundo, seus desafios e descobertas quase sem limites, as adolescentes/ jovens não são tão livremente ensinadas a sonhar, pensar e agir. O mundo como possibilidade que se abre para os homens não é o mesmo direcionado às mulheres no processo educativo formado no espaço privado e público. Ao sexo masculino uma vida para ser experimentada, degustava dos mais infinitos modos. Ao feminino “já desligada de seu passado de criança, o presente só lhe aparece como uma transição; ela não descobre nele nenhum fim válido, mas tão somente ocupações. De uma maneira mais ou menos velada, sua juventude consome-se na espera. Ela aguarda o homem”. (BEAUVOIR, 2016).

4.2 Elas, adolescentes, jovens ou adultas, é possível classificar?

Uma vez que para os profissionais de diferentes áreas é difícil a conceituação sobre o que é a adolescência, quem é o adolescente, para as participantes essa também não foi tarefa fácil. O próprio termo adolescente era desconhecido ou causava dúvida às gestantes. Não foi possível elaborar uma explicação dos motivos desse desconhecimento por parte das entrevistadas. Ainda que tenham passado por instituições que trabalhem com esse conceito, tais como escola e posto de saúde, a identificação do que é um adolescente ou auto representação não foi para todas uma categoria clara, termo vivenciado em suas relações. Sobre o que era adolescência para elas:

“J.S: Eu não entendo sobre isso aí”

“A.C: hum... nada.”

“H.S: Não sei.”

“R.B: Silêncio”

“M.V: Ah, minha adolescência, eu nem me considero adolescente, já me considero adulta”

Dito isto e, consoante ao que alega Goldenberg (2010), falar de juventudes, suas características e movimentos plurideterminados faz mais jus ao que podemos entender quando falamos da adolescência, principalmente no caso do grupo participante.

Ainda que tenham sido comentadas sobre as fases de brincadeiras, festas e paqueras por parte de algumas informantes, a juventude dessas jovens não foi marcada somente pelo lúdico, como geralmente se compreende o que é ser jovem. Atravessadas pelas questões da renda e da gestação, essas garotas enfrentavam grandes mudanças não somente por uma questão corporal, mas pela nova vida que agora surgia de seus ventres. Elas tiveram de mudar de família, de casa, sair da escola e se reconstituírem nessas novas relações. A discussão, no que se refere a vida das informantes se dispersa das categorias adolescente ou jovem. Se adolescentes ou jovens, o que será preponderante será o papel da mulher que carrega uma vida. Este papel que historicamente se sobrepõe aos demais.

4.3 Gravidez na adolescência.

Segundo a OMS, esse fenômeno é considerado uma questão de risco e no Brasil, a taxa de nascidos de adolescentes é uma das maiores do mundo. Conforme o

estudo realizado por Bruno et al (2009); Dadoorian (2003), fatores como baixa escolaridade, baixa renda e situação marital contribuem tanto para a gravidez juvenil, como a sua reincidência. Visto como problema epidemiológico, esse assunto é preocupação do campo da saúde, no que diz respeito as possibilidades de morte da mãe, do feto e demais complicações. No campo social, há diversas críticas, pois desdobram-se complicações inclusive econômicas. Alguns setores apontam como questão social grave, posto que aumentaria o número de pessoas que necessitariam de maior assistência do Estado.

A incidência e reincidência de gravidez na juventude surge como uma lacuna dentro dos campos das políticas públicas, áreas da saúde e sociais. São feitos questionamentos e levantadas hipóteses sobre o que fomentaria a evolução dessa situação. Como já foi apontado, a maioria dessas mulheres é de baixa renda, baixa escolaridade e vínculos familiares fragilizados. O estudo de Dadoorian (2003) traz pertinentes reflexões, dentre as quais, retomando as entrevistas, o reconhecimento do ser mãe apesar das condições de pobreza e suas implicações objetivas, traria um novo status, novos laços e formas de subjetividades. A ligação entre feminilidade e maternidade também se torna traço importante de ponderação, posto que trata de uma dimensão desigual de valores.

Gênero e sexualidade têm grande importância aqui, uma vez que estão em questão os controles sobre os corpos e a normalização dos afetos. Ideais de sucesso na regulação das relações, como o da domesticidade feminina, da maternidade e do amor romântico, estabelecem, em conjunto com a heteronormatividade, perspectivas para julgar vidas concretas que não correspondam a eles, que escapem aos seus códigos (BIROLI, 2018).

Da brincadeira de rua aos enjoo, as jovens retrataram uma passagem nem tão rápida do lúdico ao real, da boneca ao enxoval. Todas as jovens, em suas histórias auxiliaram as mães na criação dos irmãos menores. Esse exercício, pode em alguma medida, ser pensado como elemento na construção desse imaginário sobre os destinos femininos ou sobre a naturalização da gravidez. A vontade de ser mãe, mesmo não sendo uníssona, foi apresentada pela maioria das informantes como desejo já desde a infância.

A família, como primeira instituição que nos promove os modelos e modos de interação com o mundo trata da organização da vida cotidiana, conforme aponta Goldenberg (2010). A construção simbólica começa a ser nesse meio fomentada, valores e distinções, do feminino ao masculino são assim internalizados.

Os papéis desempenhados pelas mães das adolescentes foram relatados

como mulheres que tudo fizeram pela garantia da sobrevivência da família, em que exerceram a função materna em não raros casos, de forma solo. Mulheres com baixa escolaridade, sem renda fixa ou direta, que engravidaram na juventude e que compõem as estatísticas em que agora suas filhas fazem parte. Os motivos dessas reproduções carecem de maiores investigações, não alcançadas por este trabalho. Sobre o que papel, significados de uma mãe, as jovens responderam que

J.S: É...tipo.. mãe não é fácil não né. Cuidar de uma criança não é igual cuidar de boneca não, mas meu sonho sempre foi ser mãe por causa da alegria que a casa né, alegria da casa é a criança. Meu sonho sempre foi esse”.

A.C: “Educar o filho né, botar na escola, dar atenção, isso daí. E dar responsabilidade. Que a mãe que cuida mais né”.

H.S: “Sei lá, uma coisa muito importante”.

R.B: “Cuidar do filho e tratar ele bem”.

M.V: “Uma mãe, meu Deus, é ter um papel de sei lá, mas do que cuidar, mais do que dar amor, é ter responsabilidade pelo resto da vida. Eu digo assim porque mesmo eu não estando com a minha mãe ela se preocupa, ela sempre fala comigo. As vezes quando eu não falo com ela ela manda mensagem perguntando seu eu tô bem, se eu tô comendo, se tá tudo bem com o neném. Já fui bater a ultrassom e ela foi comigo, ficou louca”.

O desaparecimento da figura paterna²⁰ nos discursos colhidos é de forte clareza. As jovens presenciaram, se é que assim pode ser dito, ausências, fragilidades e descaso paterno. Não por acaso as RS sobre homem e pai foram tão negativamente apresentada e essa omissão do lugar do pai não é sem consequência na vida das participantes.

Essa atuação mais distanciada, essa liberdade de ficar ou não, exercer uma paternidade quando conveniente também se origina nas relações historicamente construídas, papéis sociais desiguais entre homens e mulheres “a categoria homem pode realizar o que bem entender, tem liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra

²⁰ Ainda que no registro contenha o nome do pai, a participação paterna na vida das jovens não foi necessariamente algo consistente. É paradoxal que no modelo patriarcal de família, o homem que deveria ser o centro é o primeiro que se abstém. Essa liberdade de poder escolher ou não a responsabilidade sobre o filho ocorre com grande facilidade no campo masculino. Um dado sobre isto se revela nos mais 5, 5 milhões de registro com “Pai não declarado”. Disponível em< <https://bit.ly/2V5Ry47>>. No espaço privado e na esfera pública há uma naturalização desigual entre os papéis. Esse assunto é melhor discutido por Biroli (2018), na obra Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil.

categoria do sexo para realizar seus projetos seus desejos”. (SAFFIOTI, 2004).

O descuido moral e afetivo dos pais para com suas filhas nessas narrativas, pode ter influenciado majoritariamente no campo emocional das voluntárias. Buscando um amparo, ter uma família permanente e unida, a gravidez pode ser compreendida como uma nova chance de ter então a família, o amor que não se teve. Nas falas das informantes a ausência paterna se personificou em palavras e silêncios. Quando perguntadas sobre o papel, significado de um pai/homem, obtivemos as seguintes informações

J.S: “Quase nada”.

A.C: “Silêncio... Ixi, é complicado. Acho que o pai é praticamente nada. O pai nem sempre convive, as vezes o pai abandona a mãe. As vezes sempre o pai abandona quando a mulher tá grávida né? É isso”.

H.S: “não sei”.

R.B: “cuidar do filho e tratar ele bem”.

M.V: “Ah...meu eu não sei. Digo que não sei por mim, eu não tive um”.

Embora essas dimensões tenham suas influências sobre a gestação dessas jovens, essas perceptivas não contemplam a resposta individual das mulheres. Ainda que as situações delas não sejam das mais confortáveis, é preciso abrir espaço para compreender que o desejo pessoal possa ter sido considerado e executado. As considerações sobre sexualidade dessas jovens, questões amorosas/afetivas também precisam ser contempladas na melhor assimilação sobre gravidez juvenil.

Em relação aos sentimentos sobre a gravidez, as respondentes trouxeram falas contraditórias sobre essa situação. A insegurança afetiva, instabilidade econômica, as mudanças da rotina na vida dessas mulheres podem ser desencadeadoras desses conflitos. As falas, como podemos observar retrataram ambivalência entre os sentimentos de felicidade e tristeza:

J.S: “Ah, tô me sentindo a mulher mais feliz do mundo (risos), muito feliz. Tem momento que a gente fica triste, por causa da sensível que a gente é, eu já sou raivosa, qualquer coisinha, mas tirando isso eu tô muito feliz”.

A.C: “E aí a gente vai começando a gostar com o passar do tempo”.

H.S: “Alegria e tristeza”.

R.B: “Silêncio”.

M.V: “Eu tô com um pouco de tudo, menos triste, triste eu não tô não. Só as vezes quando eu brigo com eu namorado. Ai fico, meu Deus, tanto que a minha mãe me avisou. Mas aí quando a gente tá de bem aí digo, não ele tá comigo. Eu penso, eu fico triste, e agora com um filho o que eu vou fazer da minha vida, mas aí, um filho pra mim é sei lá tudo, é compartilhar amor, compartilhar alegria”.

A evidência da gravidez e as responsabilidades que demandam a maternidade se unem a outras preocupações já vivenciadas na vida dessas jovens, gerando decisões e sentimentos diversos. Esses antagonismos de ideias compõem um cenário já descrito por Beauvoir quando declarou que “repetem a mulher desde infância que ela é feita para gerar e cantam-lhe o esplendor da maternidade [...] mas veem-se igualmente desnorteadas pelas contradições e os conflitos que nela ocorrem”. (BEAUVOIR, 2016).

5 A MULHER E SEUS DESTINOS: IMPLICAÇÕES DO GÊNERO

5.1 Mulher e seu “papel” social: ser mãe.

Em qualquer plataforma de mídia, nos comércios, indústrias e demais instituições é possível identificar uma mulher trabalhando, debatendo, produzindo. Esse espaço que hoje nos parece tão comum, habitual, somente a pouco tempo passou a ser um local mais aberto à atuação feminina e, esses diferentes espaços não estão plenamente conquistados. Isto porque durante muito tempo na história as mulheres não tinham autorização simbólica ou real para exercer outras atividades que não fossem exclusivamente a do cuidado da casa, marido e filhos. Esse lugar que é invenção social, foi e ainda é tido (por alguns setores) como lugar de essência do feminino.

A constituição do papel social da mulher é tema que Simone de Beauvoir nos auxilia a entender com suas importantes elucidações. A autora destaca que a sobreposição entre homens e mulheres não teria ocorrido necessariamente das diferenças corporais, de força física, mas sim, em razão da mulher ficar na repetição da vida, da prole, não se assemelharia ao homem, este que na elaboração dos instrumentos e dominação da natureza, transcende a vida

As transformações ao decorrer da história influenciaram o lugar e papel da mulher na sociedade. A maior maldição que pesa sobre a mulher foi estar excluída das expedições guerreiras no passado. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis por que, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata. [...] Sua desgraça consiste em ter sido biologicamente voltada a repetir a vida, quando a seus próprios olhos a vida não apresenta em si suas razões de ser e essas razões são mais importantes do que a própria vida (BEAUVOIR, 2016).

Ainda que tenham ocorrido constantes mudanças sociopolíticas nos últimos anos, a esfera privada, o destino da maternidade e do lar era o entendimento vigente do

imaginário social, promovido inclusive pelos discursos médicos, normatizadores do século XIX. “Ser mulher até meados de 1960 significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um bom partido e afeiçoar-se as atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental”. (RAGO,2004).

As contribuições das lutas feministas tiveram grande impacto na reconstrução da identidade feminina. E, mesmo na divergência entre os diferentes ramos do movimento feminista, os discursos e manifestações possibilitaram o questionamento e mudanças sobre o lugar secundário destinado às mulheres.

Desse modo, aderir, recusar ou negociar a vida materna e a doméstica são possibilidades existentes para as mulheres hoje, bem diferente de tempos atrás. As concepções sobre o ser mulher e maternidade vem sendo influenciadas pelas constantes mudanças culturais. A reprodução se antes era obrigação religiosa, dívida para com a espécie ou desejo universal, não mais representa, nas discussões ocidentais, uma única possibilidade da existência feminina (BANDINTER, 2010).

Não obstante, além das incertezas pessoais sobre ser mãe, conciliar as condições de pobreza e maternidade é situação ainda mais complexa. Além das práticas de aborto ocorridas no silêncio, medo e precariedades, a literatura aponta que a partir do século XVII era comum que alguns recém-nascidos fossem deixados em instituições como Santa Casa, paróquias ou casas particulares para que não pudessem de forma selvagem. “Várias razões levavam as mães a esse gesto: a pobreza, a condenação moral às mães solteiras, o esfacelamento da família (VENANCIO, 2012). Não raro, haviam proprietários, senhores do campo que visavam no bebê um braço a mais para o trabalho. Estes tipos de ação entre outros frente à maternidade não foram ocasionais.

No presente, as mulheres são as principais provedoras da família no Brasil e, segundo Pnad²¹, IBGE, há um o aumento do número de famílias chefiadas e mantidas por mulheres. Porém, “sem auxílio na renda e tendo de cuidar dos filhos, o equilíbrio entre as funções do cuidado e provimento do sustento familiar é impraticável. Tradições e ideologias contribuem para a manutenção do papel social feminino[...] Este é o modelo convencional do que é ser mulher, casar e engravidar, quase um destino” (ACCORSSI & SCARPARO, 2016).

²¹ Notícia: Em 15 anos, número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobra. Acessível em< <https://goo.gl/pvnG59>>

5.2 Maternidade precoce e a pobreza.

Excluindo as questões médicas já mencionadas sobre a gravidez na adolescência, não há um período ideal que rege a decisão da mulher em ser mãe, muito menos que isto seja uma obrigação feminina. Todavia, especialistas e pesquisas indicam que a gravidez quando muito jovem, podem trazer prejuízos tanto individuais, quanto sociais. Sobretudo para as camadas populares que na ausência de suporte familiar e financeiro estão mais suscetíveis a necessitarem do auxílio do Estado.

Todas as entrevistadas enfrentavam acesso dificultado à escola, seja pelas questões territoriais²² já mencionadas, seja pela própria gestação e breve nascimento da criança. Não obstante, nenhuma das participantes tinha acesso direto a uma renda financeira. Estes acessos desiguais às formas de conhecimento, independência e emancipação individual, marcam consideravelmente essas jovens. “Isso implica não apenas reconhecimento social desigual, mas também acesso desigual a direitos e recursos materiais” (BIROLI, 2018). Essa situação desagua no processo de condição em que alguns estudiosos apontam como a feminização da pobreza.

A feminização²³ da pobreza é situação ainda de grande debate, mesmo assim, com os fatos aqui colocados, podemos juntar as peças e realizar a tentativa de compreensão dessa relação quase causal entre mulheres e pobreza.

A feminização da pobreza, pautada na desigualdade de gênero, compõem também a completa e dinâmica rede de relações que se estabelece no cotidiano. Analisar a feminização da pobreza desse modo é olhar para um contexto amplo que considera as condições materiais de vida das mulheres, os múltiplos processos discriminatórios no trabalho e no dia a dia de modo geral, na carga de responsabilidade extra no nível do cuidado dos filhos e da família, quanto sendo a principal responsável à luta contra a pobreza. (ACCORSSI & SCARPARO, 2016).

Um consenso nas estatísticas sobre o crescimento da gravidez na juventude é que isto ocorre preponderantemente nas classes populares. O peso diferenciado sobre o que essa situação pode representar na vida dessas jovens ocorre quando uma classe

²² O impedimento de ir à escola, além das divergências entre gangues dos bairros Terrenos Novos e Residencial Caiçara, também ocorria em razão de alguns conjugues pertencerem ou terem pertencido a tais grupos.

²³ O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce com o objetivo de retratar a tendência, nos Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulher entre os pobres, ocorrido entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970. Posteriormente, foram realizados diversos trabalhos com o objetivo de verificar a existência de feminização da pobreza não só nos EUA, mas também em outros países. (Relatório IPEA, 2005. Texto para discussão nº 1137).

não detém de maiores subsídios de vivenciar e atravessar a gestação. A juventude com escasso acesso a outros meios de reconhecimento social, lazer e formas de interação com o mundo, pode ter um pensamento mais inclinado a obter nas relações amorosas, cada vez mais cedo, formas de prazer, satisfação e status de maturidade. Porém, para as mulheres, “o jogo do sexo é sempre um jogo de vida ou morte. É no corpo que elas vivenciam o sofrimento de não poderem se realizar em outras dimensões do ser”. (SILVA, 2016).

As representações do ser mulher explicitadas pelas participantes corroboram com a literatura visitada no que se refere da aliança mulher/mãe, apoio ao marido. As características do que é ser mulher podem ser observadas como tendo a mesma direção das respostas sobre ser mãe.

J.S: “O papel da mulher... ajudar ele. Crescer na vida também. Tipo não atrasar, não ficar querendo luxo entendeu? Tipo assim, tem mulher que gosta muito de luxo. O marido trabalha, trabalha o dinheiro que ele pega é só para a mulher, pra isso e aquilo. Eu não, eu num ligo pra isso não. Tá certo que ele é que tem que me dar as coisas, mas quando ele não me dá eu entendo”.

A.C: “A mulher é praticamente tudo né. Ela que cuida, que educa, que tá, que leva pra escola, é isso a”i.

H.S: “Sei lá...trabalhar”.

R.B: “Silêncio”.

M.V: “A mulher é a coluna da casa, sem a mulher a família não seria nada. A mãe da família é a base da família. Se não fosse a mãe não teria filho”.

Esses entendimentos, apesar dos grandes avanços das pautas e discussões feministas, não cessam de preencherem as pesquisas sobre o tema. Na ausência de maiores discussões desde a infância sobre outros lugares do existir feminino, a associação mulher/mãe não causa nenhuma estranheza. Este tipo de raciocínio que prediz um suposto lugar se perpetua não pela naturalidade dos fatos, pois “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”. (BEAVOUIR, 2016).

Desse enlace social e suas produções simbólicas é que as representações sociais do ser mulher, trazem embutidas obrigações sociais que, aliadas ao contexto de pobreza favorecem para um desenvolvimento individual, social e educacional

enfraquecido. Sendo essa associação repleta de elementos de uma retroalimentação da pobreza em suas mais diversas configurações.

6 DISCUSSÕES

Após a separação dos temas para análise, conforme apresentado nos objetivos da investigação e a partir dos relatos das informantes, extraímos dessas comunicações as representações sociais sobre as categorias pobreza e do ser mulher. Essas representações socialmente construídas formam dimensões psicossociais a partir dos processos familiares vivenciados. Diante do exposto nos relatos reunidos, o processo de internalização dessas ideias, o *habitus* de cada jovem forjou compreensões que se alinham às ideologias dominantes do patriarcado e da meritocracia.

As representações sociais do ser mulher que unem casamento, maternidade como destino feminino estavam presentes nos discursos coletados. Maternidade e casamento se naturalizam muito em função do processo educativo vivenciado, do imaginário social compartilhado. Nos casos das gestantes entrevistadas, apenas uma não foi residir com o namorado, nos fazendo pensar que “educadas por mulheres no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem”. (BEAVOUIR, 2016).

Referente a adolescência/juventudes é necessário cada mais vez mais estudos sobre o tema. Ainda que Bourdieu afirme que as fases da adolescência, juventudes são divisões arbitrárias, carregadas de discursos sobre poder, controle e privilégios (1978), ele mesmo afirma ser preciso analisá-las. As definições de adolescência consultadas não alcançam por completo as especificidades das diferenças de classe, gênero, etnia, região, dentre outras. As jovens entrevistadas inseridas em bairros, idades, contexto familiar e condições econômicas distintas, respondem, gostam, sentem, vivem de modos diferentes, ainda que caibam numa mesma classificação de faixa etária. Apesar disto, concordamos claramente que as políticas públicas, a promoção e proteção para com este público devem continuar e assim incentivar no processo de desenvolvimento psicossocial, socioafetivo desses jovens.

E sobre cuidado, entram as questões familiares e sociais. A falta de diálogo e acompanhamento familiar em relação a sexualidade juvenil é um problema que precisa ser revisto em nossa sociedade. A questão sexual diferenciada entre homens e mulheres, os modos desiguais de valorização social sobre sexo/sexualidade trazem

prejuízos, sobretudo para as mulheres (SOUZA,2013). A falta de prevenção, a iniciação/condução da atividade sexual e a gravidez foram identificadas como erro, culpa, pelas próprias jovens e por uma das mães²⁴.

A sexualidade feminina não é de hoje tratada como tabu social, conforme Rosistolato (2010) a liberdade sexual feminina é associada a problemas sociais, tais como a gravidez na adolescência, desde 1980 nas discussões brasileiras sobre o assunto. Esse modo de pensamento é limitante uma vez que de forma injusta coloca a mulher como agente única dessas questões. Retomando as entrevistas sobre o assunto, notamos que nem todos os parceiros das gestantes usavam métodos contraceptivos regularmente ou conversam sobre isto:

J.S: “Eu usei uma injeção mensal, mas eu usei uma vez, aí atrasou, aí tipo eu fui no posto com o mesmo sintoma, só que a mulhezinha fez o teste e deu negativo. Aí ele passou outra injeção pra mim. Aí eu tomei só duas injeção. Não, a gente nunca ligou não”.

A.C: “Ah não queria tomar porque eu não queria mesmo. Ele também não. Porque num queria ”.

H.S: “ Anham. Nós conversamo, nós queria saber muito como era ser mãe...como ser pai”

R.B: “Anham. Eu num gostava. Ele não usava porque não gostava”

M.V: “No começo do nosso namoro a gente usava, mas assim... eu tomava a pílula do dia seguinte, a gente morria de medo. Aí com um ano a gente perdeu esse medo, aí nada de preservativo, nada de injeção. No começo ele usava camisinha”.

A divisão sexual dos papéis familiares é outra faceta das RS sobre o papel social de ser mulher. Os projetos de vida mencionados pelas participantes estão todos direcionados em trabalhar e criar o/a filho (a). Os sonhos anteriores à gravidez, que antes já não tinham tanta ênfase nas entrevistas, foram modificados para o fim específico do cuidado e formação da criança. Ainda que a maioria das participantes permanecesse com seus parceiros elas definiam como responsabilidade da mulher as tarefas do cuidado, zelo e educação. Essa divisão que é histórica e não natural, retoma à divisão sexual dos papéis homem/mulher, família. (BIROLI, 2018).

O pensamento sobre a interrupção da gravidez apareceu nas falas das participantes de forma muito tímida. Numa resposta bem específica a questão da falta de

²⁴ No apêndice D, na entrevista de A.C, a mãe da participante fez intervenções sobre o assunto.

condições no sustento foi preponderante sobre imaginar o aborto. Beauvoir (2016), Badinter (2010), Davis (2016), discutem, em tempos e classes diferentes, que a pobreza das mães e/ou família era fator preponderante na decisão desse assunto.

H.S: Já, a minha mãe. Quando ela soube que eu tava grávida ela mandava eu abortar, aí que disse que não ia, aí ela brigava comigo. Assim, me passava vergonha, como é que tu vai sustentar essa criança. Mas Deus sabe o que faz, aí eu num fui pela cabeça dela não, fui pela minha.

As condições de vulnerabilidades sociais enfrentadas pelas jovens existem. Cada uma no próprio processo de experiência se posiciona de modo a encontrar formas de condução da vida. No que se refere à pobreza, esse entendimento é diferente para cada participante. Isto, de modo algum, anula a necessidade de reflexão e enfretamento sobre as condições precárias identificadas. Como enfaticamente defende Souza (2016), é um absurdo esse entendimento do politicamente correto, essa romantização do sofrimento dessas classes que legitimam a dominação social.

Ressaltamos que não há acaso ou destino nas histórias recebidas, mas sim, uma rede de articulações entre os discursos que preencheram *habitus*, reproduziram representações sociais que formaram os catálogos e cartelas na vida do ser mulher e do ser pobre. Esse subtexto não é mágico e nas condições de classe, gênero, etnia, as disposições de oportunidades são mais restritas, onerosas, de difícil mudança na dinâmica social. Essas injustiças não favorecem nem aos sujeitos envolvidos, nem à sociedade que se planeja mais participativa.

Do que fora exposto, entendemos que os contextos desiguais da pobreza e o papel social feminino atravessam as histórias de vida das participantes em cenários e sentimentos diferentes. São relações tão amalgamadas que não temos como dimensionar, qual destas influenciou e de que modo mais interferiu nas vidas das participantes. Das representações identificadas nos chama a atenção os aspectos que podem reproduzir a pobreza intergeracional, o silenciamento da autonomia. A gestação e o casamento inesperado, forçaram um rearranjo familiar que dificulta o acesso à escola, a outras formas de conhecimento, à renda, à criação de novas habilidades e potencialidades.

Além disto, a esfera privada do lar, da família nem sempre é local de harmonia, de realização. O âmbito privado da casa pode ser forma de silenciamento, de afastamento da mulher do espaço público. Do ponto de vista da cidadania “o privado define-se melhor como o lugar da privação da luz, da invisibilidade, isto é, da

inexistência social” (ARENDDT, 1981 *apud* RAGO, 2004).

No mundo cada vez mais competitivo, com exigências mais acentuadas, o aumento da pobreza de forma avassaladora e o crescimento do pensamento fundamentalista, esse distanciamento feminino da esfera pública, tendem a aumentar os índices de ausências de mulheres na política²⁵, na ciência²⁶, na igualdade de salários²⁷, dentre outras disparidades. O mundo moderno é dito pela ideologia liberal como mundo de possibilidades, mas isto na prática não ocorre (SOUZA, 2016). As diferenças de privilégios, de acesso ao conhecimento, os desequilíbrios de poderes, minam as chances de realização humana, do exercício de dignidade. A falta é inerente ao humano, mas as faltas que as pobrezas, as desigualdades proporcionam atingem de modo mais violento os inabilitados, a ralé, as mulheres, os negros, as ditas minorias.

Desse modo, buscamos apontar que esse fenômeno é complexo, exigindo mais verificações sobre o tema e sem desconsiderar o sujeito e suas relações. As histórias aqui analisadas compõem um tecido muito maior sobre o assunto. Importa sobretudo, que pensemos novos modos de construir dispositivos que abram cada vez mais o leque de possibilidades, de realizações e oportunidades plurais. Assim, poderemos diminuir as desigualdades e alcançar maior desenvolvimento. “O desenvolvimento diz respeito a vida e das expectativas dos habitantes de uma nação, uma ambição que vai muito além de simplesmente a renda”. (GREEN, 2009).

Em nossa ciência psicológica, não há espaço para construção de regras, modos de existências, mas compreender circunstâncias das relações humanas, suas possibilidades de expressão e potencialidades de vida. Nesse sentido, consideramos que continuemos contra as definições moralistas sobre as categorias explicitadas. Nosso trabalho maior é desvelar as verdades naturalizadas que enrijecem o pensamento, impossibilitam a criação de novos conhecimentos e formas justas de intervenção.

²⁵ Brasil ocupa a 152ª posição em um ranking de 190 países sobre o percentual de cadeiras ocupadas por homens e mulheres na Câmara dos Deputados. Ao todo, dos 513 deputados, somente 10,5% são mulheres. No Senado, dos 81 parlamentares, 16% são mulheres. Disponível em < <https://bit.ly/2TE44GC> >.

²⁶ “A ciência e a igualdade de gênero são ambos vitais para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2019). No entanto, mulheres e meninas continuam a ser excluídas da participação integral na ciência: menos de 30% dos pesquisadores no mundo são mulheres. Disponível em < <https://bit.ly/2AvM5Lh> >

²⁷ IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior. Disponível em < <https://bit.ly/2FjGBRp> >

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A., SCARPARO, H., & GUARESCHI, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, 24(3), 536-546.

ACCORSSI, A; SCARPARO, H. Representações Sociais da Pobreza. In: **Implicações Psicossociais da pobreza**; diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

BANDINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. Fatos e Mitos**. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERG, Tábata; SILVA, Emanuelle; TORRES, Roberto. A miséria do amor dos pobres. In: **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. v.11. n.1 p. 63-76. Jan-Jun 2007.

BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. 1º.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121. Disponível em <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas- uma- palavra- bourdieu.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. Em NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

BRUNO, Zenilda Vieira et al. Reincidência de gravidez em adolescentes. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. v.31n. 10. 2009.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: UNESP, 2008.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Revista Psicologia: ciência e profissão**. vol.23 no.1 Brasília Mar. 2003

DAVIS, Angela. **O legado da escravidão**: parâmetros para uma nova condição de mulher. ____ In: Mulheres, raça e classe. 1º. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Polêmicas de nosso tempo. Campinas- SP: Editora

Autores Associados, 2001.

ESTANISLAU, Maria Aparecida; XIMENES, Verônica Moraes. Vivências de Humilhação e Vergonha: Uma análise psicossocial em contextos de pobreza. In: **Implicações Psicossociais da pobreza**; diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 23.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas vol. 10**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

GOLDENBERG, Mirian (org.). **O corpo como capital**: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. 2.ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais d exclusão: competitividade e culpabilização. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Representações Sociais e Ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GUZZO. Raquel Souza Lobo. A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: **Implicações Psicossociais da pobreza**; diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez; Oxford, Oxfam Internacional, 2009.

JOVCHELEVITCH, Sandra. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MOURA Jr., J. F. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NERI, Bruna Clézia Madeira. **Representações Sociais e Extrema Pobreza**: Travessias de (R) existência. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: OLIVEIRA, Suely; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

ROSISTOLATO, Rodrigo. **Fazendo gênero na escola**. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. 2.ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência contra mulheres*. In: OLIVEIRA, Suely; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa**. Fortaleza. 2004.

SOUZA, Jessé (org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

_____. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

_____. **A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2017.

_____. **Subcidadania Brasileira: para entender o país para além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2018.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VENANCIO, Renato Pinto. *Maternidade Negada*. In: **Histórias das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

XIMENES, Verônica Moraes; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa; CIDADE, Elívia Camurça; MOURA JUNIOR, James Ferreira. **Implicações Psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.